

PORTAL CASSA NOTÍCIAS: <http://cassanoticias.com.br/noticia/5044/Sindicato-denuncia-desvio-de-recursos-da-educacao-basica-em-Teresina-->

Sindicato denuncia desvio de recursos da educação básica em Teresina

A investigação foi motivada após denúncias do Sindicato e apontou diversas irregularidades e desvios nos recursos.



Nesta terça-feira (29), às 10h, o Sindicato dos(as) Servidores(as) Públicos(as) Municipais de Teresina (SINDSERM) promoverá uma entrevista coletiva à imprensa sobre o resultado de investigações na conta do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de

Valorização do Magistério (Fundef), atual Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), no âmbito da Prefeitura Municipal de Teresina. A investigação foi motivada após denúncias do Sindicato e apontou diversas irregularidades e desvios nos recursos. Na oportunidade, também serão apresentadas as fundamentações de denúncias junto ao Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal,

As informações são fruto de um relatório produzido pelo Núcleo de Gestão Estratégica da Informação (Nugei) do Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI). Foram encontrados desvios de finalidade na aplicação dos recursos que foram empregados em pagamentos à empresas de propaganda, construtoras, prestadoras de serviços, empresas de segurança, entre outras que não atendiam ao uso determinado na Lei Federal nº11.494/2007 que prevê a destinação dos valores à educação.

A conta recebeu R\$ 210.667.000,00 em 23 de setembro de 2016 e, até a realização da inspeção em 20 de julho de 2017, já haviam sido gastos R\$ 164.947.379,28 fora da proporção de 60% em remuneração aos profissionais de magistério e 40% para manutenção e desenvolvimento da educação básica, prevista na Normativa Nº 27 do TCE-PI.

Dentre as irregularidades foram identificadas: operação de crédito junto ao Banco do Brasil, que foi considerada ilegal pelo TCE-PI, onde foram verificados

pagamentos de R\$ 18.196.161,75 em juros; contratação de empresa de prestação de serviço sem licitação em contrato de mais de R\$ 5 milhões; contrato de empresa de segurança por mais de R\$ 1 milhão; pagamentos de mais de R\$ 2 milhões para empresas de publicidade. São sete ocorrências relatadas envolvendo a gestão municipal do prefeito Firmino Filho, e a Secretaria Municipal de Educação (Semec), em nome do secretário Kléber Montezuma.

Da redação com informações do SindSerm

PORTAL PIAUÍ HOJE: <http://piauihoje.com/noticias/sindicato-divulga-resultado-da-investigacao-sobre-verbas-do-fundeb-pela-pmt/>

Política

Sindicato mostra irregularidades com verbas do Fundeb em Teresina à imprensa

Fonte: Assessoria | Editor: Da Redação 28/08/2017 16:51



O Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Teresina (SINDSERM) convocou uma entrevista coletiva à imprensa nesta terça-feira (29), às 10 horas, na sua sede, na zona Norte de Teresina, para mostrar o resultado de investigações na conta do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), atual Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), no âmbito da Prefeitura Municipal de Teresina. A investigação foi motivada após denúncias do Sindicato e apontou diversas irregularidades e desvios nos recursos. Na oportunidade, também serão apresentadas as fundamentações de denúncias junto ao Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal,

As informações são fruto de um relatório produzido pelo Núcleo de Gestão Estratégica da Informação (Nugei) do Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI). Foram encontrados desvios de finalidade na aplicação dos recursos que foram empregados em pagamentos à empresas de propaganda, construtoras, prestadoras de serviços, empresas de segurança, entre outras que não atendiam ao uso determinado na Lei Federal nº 11.494/2007 que prevê a destinação dos valores à educação.

A conta recebeu R\$ 210.667.000,00 em 23 de setembro de 2016 e, até a realização da inspeção em 20 de julho de 2017, já haviam sido gastos R\$ 164.947.379,28 fora da proporção de 60% em remuneração aos profissionais

de magistério e 40% para manutenção e desenvolvimento da educação básica, prevista na Normativa Nº 27 do TCE-PI.

Dentre as irregularidades foram identificadas: operação de crédito junto ao Banco do Brasil, que foi considerada ilegal pelo TCE-PI, onde foram verificados pagamentos de R\$ 18.196.161,75 em juros; contratação de empresa de prestação de serviço sem licitação em contrato de mais de R\$ 5 milhões; contrato de empresa de segurança por mais de R\$ 1 milhão; pagamentos de mais de R\$ 2 milhões para empresas de publicidade. São sete ocorrências relatadas envolvendo a gestão municipal do prefeito Firmino Filho, e a Secretaria Municipal de Educação (Semec), em nome do secretário Kléber Montezuma.

SERVIÇO:

Entrevista coletiva com apresentação de relatório sobre desvios de recursos da educação básica em Teresina

Local: Sindicato dos(as) Servidores(as) Públicos(as) Municipais de Teresina (SINDSERM), Rua Quintino Bocaiúva, nº 446, Centro Norte, próximo ao Sinpolpi

Data: 29 de agosto de 2017

Horário: 10h

PORTAL OITO MEIA:

<https://www.oitomeia.com.br/noticias/educacao/2017/08/28/sindicato-promete-apresentar-relatorio-com-desvios-de-recursos-da-educacao-de-teresina/>

Sindicato promete apresentar relatório com desvios de recursos da Educação de Teresina

A investigação foi motivada após denúncias do Sindicato e apontou diversas irregularidades e desvios nos recursos

28/08/2017 - Atualizado em: 28/08/2017, 17:52 Publicado por: Salomão Prado

O Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Teresina (SINDSERM), irá promover uma entrevista coletiva sobre os resultados da investigação na conta do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), atual Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), da Prefeitura Municipal de Teresina.

A investigação foi motivada após denúncias do Sindicato e apontou diversas irregularidades e desvios nos recursos. Na oportunidade, também serão apresentadas as fundamentações de denúncias junto ao Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal.



Plenário do Tribunal de Contas do Piauí (Foto: Jéssica Kamila/OitoMeia)

As informações são fruto de um relatório produzido pelo Núcleo de Gestão Estratégica da Informação (Nugei) do Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI). Foram encontrados desvios de finalidade na aplicação dos recursos que foram empregados em pagamentos à empresas de propaganda, construtoras, prestadoras de serviços, empresas de segurança, entre outras que não atendiam ao uso determinado na Lei Federal nº11.494/2007 que prevê a destinação dos valores à educação.

A conta recebeu R\$ 210.667.000,00 em 23 de setembro de 2016 e, até a realização da inspeção em 20 de julho de 2017, já haviam sido gastos R\$ 164.947.379,28 fora da proporção de 60% em remuneração aos profissionais de magistério e 40% para manutenção e desenvolvimento da educação básica, prevista na Normativa Nº 27 do TCE-PI.

Dentre as irregularidades foram identificadas: operação de crédito junto ao Banco do Brasil, que foi considerada ilegal pelo TCE-PI, onde foram verificados pagamentos de R\$ 18.196.161,75 em juros; contratação de empresa de prestação de serviço sem licitação em contrato de mais de R\$ 5 milhões; contrato de empresa de segurança por mais de R\$ 1 milhão; pagamentos de mais de R\$ 2 milhões para empresas de publicidade. São sete ocorrências relatadas envolvendo a gestão municipal do prefeito Firmino Filho, e a Secretaria Municipal de Educação (Semec), em nome do secretário Kléber Montezuma.

NÃO PROCEDE, SEGUNDO O PREFEITO

No mês de julho, o Prefeito Firmino Filho afirmou não proceder tais acusações, classificando-as como “inverídicas”. Segundo o gestor, os recursos foram realizados de acordo com a lei municipal.

“Isso é uma questão do tribunal e não nossa. Nós fizemos aquilo que achamos correto, legal e legítimo. A acusação do sindicato é absolutamente inverídica. Na verdade nós temos gastos na Educação de acordo como determina a lei municipal que nós mesmo criamos e que os vereadores aprovaram”, disse o prefeito.